

A ARGÉLIA SE DESVELA: Mulheres argelinas frente a campanha de emancipação colonial nos anos da guerra.

Bruna Perrotti¹

Artigo recebido em: 03/05/2023

Artigo aceito em: 04/10/2024

RESUMO:

Durante a Guerra de Independência da Argélia, ou a Revolução Argelina (1954-1962) a administração colonial elegeu a libertação da mulher argelina como símbolo da chamada Campanha de Emancipação Colonial. Tal campanha consistiu em uma série de investimentos públicos e uma violenta intervenção na realidade das mulheres acompanhada pela concessão repentina de direitos progressistas para elas. Este trabalho buscou tecer um panorama da situação da mulher argelina quando a guerra começa e reconstituir aspectos da campanha, destacando como ela afetou diferentes mulheres e evidenciando a multiplicidade de posicionamentos e formas de atuação das mulheres argelinas frente as investidas coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Revolução argelina; mulheres; agências.

ALGERIA UNVEILED:

Algerian women facing the Colonial Emancipation Campaign in the war years

ABSTRACT:

During the Algeria's War of Independence, or the Algerian Revolution (1954-1962) the colonial administration elected the liberation of Algerian women as a symbol of the so-called colonial emancipation campaign. This campaign consisted of a series of public investments and violent intervention in the reality of women accompanied by the sudden concession of progressive rights for them. This work aims to make an overview of the situation of the Algerian woman when the war begins and reconstruct aspects of such a campaign, highlighting how it affected different women and focusing on the multiplicity of positions and forms of action of Algerian women in the face of colonial attacks.

KEYWORDS: Algerian revolution; women; agencies.

1. Introdução

¹ Mestra em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1116970556120224>. E-mail: bruuperrotti@gmail.com

O bastante conhecido ensaio “A Argélia se desvela”, de Frantz Fanon é hoje a principal referência no Brasil sobre a situação e a atuação das mulheres argelinas na Guerra de Independência da Argélia, tendo sido publicado originalmente na obra *L’an cinq de la Revolution algerienne*, em 1959, cinco anos após o início dos conflitos. A obra faz, a partir da perspectiva de um militante da Frente de Libertação Nacional, e naquele momento, coordenador de seu jornal oficial (*El Moudjahid*), uma análise sociológica e um balanço dos conflitos até aquele momento. Este texto, em particular, denuncia como a administração colonial francesa mobilizava questões de gênero durante a guerra afim de legitimar não só a manutenção da colonização, como uma intervenção direta na realidade das mulheres argelinas apresentadas pela administração como vítimas que deveriam ser libertadas, sendo as campanhas de desvelamento públicas os maiores exemplos da violência deste processo de “libertação”. Fanon explica essa intervenção na esfera privada como uma estratégia para dividir a sociedade argelina a partir da conquista das mulheres. O texto ilustra de maneira clara a tonalidade que assume o discurso colonial naquele momento:

A administração colonial pode então definir uma doutrina política precisa: — Se queremos atingir a sociedade argelina em sua estrutura, em suas faculdades de resistência, precisamos primeiro conquistar as mulheres; é preciso buscá-las atrás do véu com o qual elas se dissimulam e nas casas onde os homens as escondem. A situação da mulher será então tomada como tema de ação. A administração dominante quer solenemente defender a mulher humilhada, rejeitada, enclausurada... Descrevem-se as imensas possibilidades da mulher, infelizmente transformada pelo homem argelino em objeto inerte, desmonetarizado, isto é, desumanizado. O comportamento do argelino é firmemente denunciado e assimilado a sobrevivências medievais e bárbaras. (Fanon, 2002, p. 27)

Para Fanon, assim como todas as outras reações desesperadas de uma estrutura decadente que busca sobreviver, essa está fadada ao fracasso, pois as mulheres argelinas aceitaram prontamente a decisão dos dirigentes da revolução de se engajar na luta, e agora, com a força do movimento nacionalista e das circunstâncias da guerra, uma verdadeira transformação social se passava: elas deixavam seu lugar de inércia e assumiam novos papéis sociais. O autor traz uma análise inovadora para a época demonstrando como o colonialismo estava imbricado em relações de gênero em suas reinvenções, entretanto, acaba por subestimar a

agência das mulheres antes da revolução, atribuindo a decisão de engajamento delas a líderes da FLN, mais grave, para se opor ao discurso civilizatório francês, Fanon minimiza tensões do patriarcado argelino, que já vinham sendo denunciadas por mulheres argelinas como Assia Djebar, incidindo em uma romantização das relações de gênero na Argélia no período revolucionário. Para o autor, as mulheres durante a revolução, não eram mais questionadas sobre sua honra e passavam a instrumentalizar o véu que, antes um elemento estático da tradição, agora se convertia em uma arma contra o colonialismo. O autor registra como em atos heroicos, mulheres argelinas transportavam bombas escondidas sob o véu, ou o dispensavam, se passando por europeias e carregando explosivos em suas cestas. O momento da publicação do texto, o torna além de um balanço sociológico, também um manifesto político contra o colonialismo, por esse motivo ele acaba por privilegiar o registro de algumas experiências e posicionamentos de mulheres sobre a guerra, em detrimento de outros.

A campanha de emancipação colonial durante a guerra pode ser lida através das reflexões de Spivak sobre a situação da mulher no contexto colonial indiano, a autora usa em sua argumentação o caso específico da abolição britânica do sacrifício das viúvas em 1829, a viúva hindu (*satti*, em sânscrito) caminha até a pira funerária em chamas do marido morto e se imola sobre ela: *A abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”* (Spivak, 2010, p. 91).

A sentença formulada pela autora, que toma a abolição do ritual indiano como origem simbólica, pode ser aplicada para pensar as tensões relacionadas às mulheres argelinas no século XX, capturadas nos episódios de desvelamento públicos empreendidos pela administração colonial que visavam “libertar” as mulheres da opressão patriarcal de uma sociedade supostamente inferior em uma escala civilizacional. Na realidade, tais tensões, para além do véu, abrangem uma série de outros costumes e convenções, que buscavam regular as condutas, os corpos e os destinos das mulheres na sociedade argelina, e que são reivindicadas por

uma postura nacionalista conservadora, como parte de uma tradição ameaçada pelo colonialismo.

A teórica afirma que no caso indiano a transposição da questão do ritual *satti* da esfera privada para a pública tem uma relação complexa com a conversão do poder britânico de uma esfera mercantil e comercial para uma presença territorial e administrativa (Spivak, 2012, p. 96). No caso argelino em questão, séculos depois, é quando a presença territorial e administrativa é posta em cheque, ou seja, durante a Guerra de Independência, que as questões privadas relacionadas aos “direitos das mulheres” passam a ser uma questão digna de intervenção em campanhas ideológicas, legislativas e militares: é quando se tem os desvelamentos forçados, como afirma Fanon, mas também a aprovação súbita de uma série de leis progressistas relacionadas à família, ao casamento, ao acesso a saúde e à ocupação das mulheres em espaços educacionais, colocando a Frente de Libertação Nacional na difícil posição de ter que lidar com a reação conservadora dessas medidas ao mesmo tempo em que buscava maximizar o engajamento feminino na causa da independência, o texto de Fanon responde a este contexto.

Partindo dessas reflexões e problemáticas, neste trabalho buscamos descrever a situação de direitos das mulheres argelinas até o início da guerra, detalhar aspectos da chamada Campanha de Emancipação Colonial e enfatizar a multiplicidade das respostas das mulheres argelinas às tensões apresentadas, em todas as suas contradições. Entre as heroínas estampadas pelo periódico da FLN e exaltadas por Fanon e as mulheres oprimidas capturadas pelo olhar colonial, há durante a guerra, um leque diverso de mulheres com opiniões políticas distintas, em situações concretas, que reagiram às investidas coloniais de formas diferentes.

2. Desenvolvimento

Já no século XIX, no período colonial, a sociedade argelina era particularmente restrita em relação aos direitos das mulheres se comparada a outras sociedades do norte da África e no Oriente Médio (Leonhardt, 2006, p. 8). A situação delas era regida pela observância do direito malékite e de costumes locais

ambos baseados em uma tradição islâmica que favorecia a linhagem masculina da família e que mudou pouco no período da ocupação francesa:

O direito familiar muçulmano não concede às mulheres as capacidades ligadas a maioridade. A mulher é colocada sobre a tutela do pai, seu “ouali”, que detém o direito de firmar o matrimônio de sua filha virgem. Assim, as mulheres são frequentemente casadas logo quando crianças. O casamento de meninas que ainda não haviam menstruado, autorizado pelo direito malékite argelino, não permite controlar de maneira estrita o momento de consumação do casamento. Uma vez casada, a mulher depende da tutela de seu marido, que tem autoridade sobre ela e seus filhos. Ela não pode se opor à poligamia de seu marido, a não ser no caso de que isso tenha sido estabelecido previamente no contrato de casamento. Ela é submetida ao repúdio unilateral, que é o modo de dissolução mais comum dos casamentos na Argélia. Por sua vez, a mulher muçulmana pode pedir o divórcio em um número de casos bem específico. A mulher cabila não tem acesso ao direito ao divórcio. Em caso de falecimento do marido, a mulher muçulmana herda um oitavo da herança. As mulheres cabilas, em aplicação das Kanouns, são excluídas de toda herança. (Sambron, 2003, p. 226, tradução nossa)

Apesar de permitida, como afirma Djamil Amrane, a influência da cultura berbere fez com que a poligamia fosse algo excepcional na Argélia (Amrane, 1992, p. 58). Alguns grupos berberes que mais resistiram a abandonar suas próprias dinâmicas sociais frente a expansão do islamismo, divergiram moderadamente dessas linhas gerais como é possível observar no excerto citado sobre a região da Cabila, em que o relevo montanhoso e o consequente fator de isolamento geográfico ajudou na conservação dos costumes (Fanon, 2011, p. 18).

Por parte dos agentes do imperialismo, os relatos de viagem, quadros e mesmo estudos etnográficos contribuíram para a criação de um sistema de representações que retratava as mulheres argelinas ora de maneira sexualizada, misteriosa, e disponível ao olhar e às vontades dos “exploradores” – é o caso do quadro *Femmes d’Alger dans leur appartement* (1834) de Delacroix, - ora como vítimas oprimidas por uma sociedade bárbara e patriarcal. Em *Couro Imperial* (2018), McClintock nos lembra que as linhas gerais desse imaginário já vinham sendo constituídas muito antes do período colonial:

Viajantes da Renascença encontravam uma audiência voraz e lasciva para suas estórias picantes de tal forma que, muito antes da era do alto imperialismo vitoriano, a África e as Américas já se tinham tornado o que pode ser chamado de *pornotrópicos* para a imaginação europeia – uma

fantástica lanterna mágica da mente na qual a Europa projetava seus temores e desejos sexuais proibidos (McClintock, 2018, p. 44)

Na construção dessas imagens o véu era um elemento importante. Em “A Argélia se desvela”, Fanon nos dá a ideia do potencial que a imagem da mulher velada tinha na construção visual de toda uma sociedade, as roupas fazem a primeira impressão de quem olha de fora (Fanon, 2011, p. 17). O retrato das mulheres como vítimas, entretanto, nunca serviu para que as instituições coloniais intervissem em prol da ampliação dos direitos das mulheres. Ao contrário, como afirma MacMaster, a administração cooperou com intelectuais conservadores que defendiam as leis vigentes e as práticas tradicionais a fim de *legitimar a exclusão* dos nativos do estatuto de cidadão – o Código civil francês (Macmaster, 2012, p. 218-219).

A intervenção colonial na esfera privada, tanto no casamento como nas relações familiares, além de não colaborar com os interesses coloniais, corria o risco de provocar uma desestabilização que deixaria a Argélia ingovernável (Cole, 2012, p. 218). Como afirma Memmi, o colonizado, inferiorizado, privado de direitos, terras e participação política, encontra na família e na religião valores refúgios diante da situação global dos outros aspectos de sua vida, e sendo esses valores os únicos que ainda consegue controlar, se agarra a esse controle (Memmi, 1977, p. 94). Memmi nos faz entender como o colonialismo ao criar discursos e representações invasivas carregadas de racismo, sexismo e ideologias civilizatórias contribuiu para o aumento do conservadorismo.

Para Chaterjee, essa recusa a deixar com que o colonialismo interferisse na esfera privada é uma característica central dos nacionalismos anticoloniais. Se contrapondo a tese de Benedict Anderson, de que os nacionalismos na África e na Ásia teriam sido importados da Europa por elites intelectuais que se apoiaram em formas modulares do nacionalismo europeu (Anderson, 2008). Chaterjee afirma que a singularidade dos nacionalismos anticoloniais - constituídos muito mais na experiência cotidiana que no intelecto - se manifesta na criação de seu próprio campo de soberania, através da divisão do mundo das instituições e das práticas sociais em dois “domínios”: um material, que abarcaria as esferas da política, da

ciência e da tecnologia, em que o poder colonial claramente havia triunfado, e um espiritual, no qual o nacionalismo se reivindica soberano e não permite intervenções. Chaterjee ressalta neste domínio espiritual, a criação de um campo interno da cultura nacional e não deixa de evidenciar, além da importância da língua como marcador identitário, a importância das mulheres e da família na conformação da identidade nacional vinculada à tradição (Chaterjee, 2008, p. 230).

A socióloga Daniele Amrane afirma que, em 1954, quando a guerra começa o resultado da qualidade da opressão dupla – colonial e tradicional – a qual as mulheres estiveram submetidas até então, era bastante desfavorável:

elas eram completamente excluídas da vida pública, apenas 4,5% sabiam ler e escrever (a média geral da população girava em torno de 10%) e não tinham acesso ao mercado de trabalho com a exceção dos setores que não demandavam qualificações profissionais. Se eram camponesas ou empregadas, trabalho para elas era uma questão de sobrevivência; não haviam mais do que seis mulheres doutoras e apenas 25 professoras no ensino secundário, nenhuma no superior, na Universidade de Argel, dos 500 estudantes, apenas 50 eram meninas. A partir desses dados temos alguma noção da situação das mulheres logo antes da eclosão da guerra. Três anos após o início dos conflitos, no ano de 1957, a administração colonial mudaria por completo sua postura de não intervenção dando início a chamada campanha de “emancipação” (Amrane-Minne; Abu-Haidar, 1999, p. 62)

No dia 16 de maio de 1958, ao som de *La Marseillaise* e *Le Chant des Africaines*, o governo francês reuniu milhares no centro de Argel, que assistiram à performance do desvelamento de inúmeras argelinas por mulheres francesas. As primeiras, depois do ato, cantaram “Kif kif les françaises” (“Sejamos como as mulheres francesas”). (Shepard, 2006, p. 187 apud Quinan, 2011, p. 724). Essas argelinas eram participantes do grupo chamado Femmes Solidarité, uma organização que tinha como suposto objetivo melhorar as vidas das mulheres na Argélia. Entre as francesas que retiraram os véus se encontrava, junto com as mulheres de outros oficiais, Madame Salan, que era casada com o general que comandou as forças armadas francesas na Argélia em 1958 e depois foi líder da organização contra terrorismo que lutou contra as forças independentistas (Quinan, 2011, p. 725). A performance foi realizada cercada por militares armados e se repetiria em várias outras cidades nas próximas semanas. A campanha de

desvelamento, como ficou conhecida, fazia parte de uma maior que envolvia outras medidas de intervenção:

Entre janeiro de 1957 e o final de 1959 a junta civil-militar de regime na Argélia, como parte da estratégia de emancipação, instituiu uma série de iniciativas que foram pensadas para estender os direitos legais e “liberar” as mulheres muçulmanas da ignorância e do peso esmagador da dominação patriarcal, medidas que incluíam campanhas de desvelamento, times médicos femininos nas zonas rurais (EMSI), aumento do acesso a escolarização, treinamento jovem, junta europeia-muçulmana de mulheres, extensão do direito ao voto, e uma nova legislação sobre a família (MacMaster, 2007, p. 94)

Se nas cidades os desvelamentos se davam como espetáculos públicos, na região das montanhas da Cabila, outros desvelamentos ocorriam de forma mais privada na confecção de cartões de identificação.

Nós estávamos no período dito de “pacificação”. O que queria basicamente dizer: arrasar as casas isoladas dos *fellagas* para os obrigar a reconstruí-las ao redor do posto militar francês, nas vilas de reagrupamento, onde cada habitante deveria ter uma carta de identidade e era eu o responsável por fazer as fotografias. (Garenger apud Sarret, 2012, tradução nossa)

O entrevistado é Marc Garenger, que em 1960, foi convocado para atuar no exército francês, e que chega à Cabila no vilarejo de Ain Terzine, localizado à 100 quilômetros ao sul de Argel. O fotógrafo estava sob o comando do general Maurice Challes, um dos líderes do exército francês que naquele momento atacava as vilas suspeitas de abrigarem e colaborarem com membros da FLN nas montanhas. Para cortar a comunicação e o abastecimento dos militantes o general decide por destruir as vilas e transferir a população para as vilas de reagrupamento, que segundo a matéria de Carole Naggar, e outros testemunhos, eram basicamente um eufemismo para campos de concentração.

Figura 1: Mulher não identificada



Fonte: Marc Garenger, 1960

As campanhas de desvelamento ocorreram no mesmo ano do tour do General de Gaulle pela Argélia. Imagens do então presidente neste tour em que ele falava diretamente às mulheres argelinas foram exibidas dois anos depois no documentário *The falling Veil* produzido em 1960 pelo governo francês, a narração no documentário era a seguinte: “a confiança dele nas mulheres agiu quase como uma corrente elétrica para muitas delas, uma espécie de choque psicológico que as sacudia da antiga atitude apática para uma nova percepção de si mesmas” (Shoefield, 1960 apud Quinan, 2011, p. 726). De acordo com Quinan, esse documentário mostra mulheres europeias levando argelinas para lojas de departamento, correios e outras

“modern-day conveniences”, uma atitude a princípio estranha, considerando que elas viviam em um país industrializado em pleno século XX, mas que pode ser entendida dentro de um movimento maior da ideologia imperialista que inventa para a África desde o século XIX um *espaço anacrônico* (McClintock, 2018, p. 74).

Em relação às alterações legislativas propostas pela campanha de emancipação, além do direito ao voto, destacam-se as leis conhecidas como Leis de Casamento, que se diferenciavam das leis Melékite tradicionais dominantes, pela proibição do casamento de meninas menores de 15 anos; a substituição do casamento arranjado pela livre escolha de ambas as partes; a abolição do repúdio – ato que permitia ao marido romper com a mulher apenas pela proclamação verbal, sem maiores justificativas ou responsabilidades perante a ex-esposa e os filhos; e ainda a afirmativa de que essas determinações deveriam passar por registros civis e os juízes resolveriam os casos problemáticos prezando pelos interesses das crianças e priorizando o suporte delas e das mães (MacMaster, 2007, p. 95).

MacMaster faz uma análise das possíveis razões para essa mudança de estratégia da administração colonial em relação a esfera privada na qual destacamos a surpresa com a extensão do engajamento das mulheres nos conflitos, que imaginando que a FLN poderia tentar potencializar – como de fato o fez – precipitou uma ação que pudesse desmobilizar a atuação da Frente atraindo as mulheres com a concessão de direitos. Além disso, a Tunísia e o Marrocos, que haviam conseguido autonomia de forma muito mais simples do que a Argélia, haviam acabado de aprovar códigos familiares progressistas, que deixavam a Argélia francesa sem argumentos frente à opinião internacional tratando-se de direitos humanos. E, por fim, a questão que o autor coloca como de maior relevância é que o Gabinete de Psicologia e Assuntos de Guerra, dominado pelos militares franceses, considerou que a campanha ideológica da “emancipação” deveria focar na questão das mulheres como um símbolo de uma modernização maior empreendida pelo governo francês que envolvia também uma política econômica desenvolvimentista de largos investimentos concretizada no *Plan de Constantine*, posto em prática em 1958, também como forma de deslegitimar os argumentos nacionalistas

(MacMaster, 2007, p. 96-97). O documentário produzido pelo governo francês citado acima exemplifica bem o caráter da utilização das mulheres como símbolos dessa modernização.

Segundo Jaime Wadowiec, algo que é consenso no tema é que a campanha de emancipação francesa teve pouco impacto na cooptação de mulheres argelinas e que os sentimentos dessas estavam firmes no campo anticolonial nacionalista. Seu artigo busca resgatar, entretanto, a história de um grupo de mulheres que levou a sério a concessão plena da cidadania francesa às mulheres em 1958, e que sugeriram através de cartas e comentários na imprensa popular, às vezes diretamente, que o estado francês tinha melhores chances de garantir a equidade das mulheres que os nacionalistas – dado que as leis já haviam sido aprovadas, ao passo que a imprensa revolucionária não tocava no assunto de legislações. De donas de casa analfabetas nas zonas rurais a mulheres educadas nos padrões coloniais, esse grupo ressaltado por Wadowiec buscou contribuir e avançar com os objetivos da campanha de emancipação francesa por vezes indo contra os estereótipos racistas direcionados as mulheres argelinas e os padrões ocidentais de feminilidade emancipada propostos pelos oficiais (Wadowiec, 2013, p. 651).

Madame Sehir Hacène, uma mulher muçulmana afiliada às feministas da Union Française pour le Suffrage des Femmes (UFSF), apelou ao estado colonial para obter ajuda na organização de oportunidades educacionais para meninas muçulmanas - cujo futuro ela viu como limitado pelo costume patriarcal local. Duas décadas depois, às vésperas da Revolução argelina, Fadila Ahmed escreveu ao jornal de língua árabe Al manar (The Beacon) em 1953 para explicar que “nós, as mulheres argelinas, temos dois carcereiros: o colonialismo... e os homens apáticos que se apegam a costumes e tradições herdadas não do Islã, mas de seus pais ignorantes. O segundo”, explica ela, “é pior do que o primeiro”. Mulheres como Hacène e Ahmed revelam o relacionamento das mulheres argelinas com o movimento anticolonial como variado e, mesmo, como cauteloso por vezes em relação a um nacionalismo de orientação masculina. (Wadowiec, 2013, p. 654)

Wadowiec cita donas de casa analfabetas, pois está dialogando com Adrienne Leonhardt que também faz menção a essa parcela minoritária que tomou o lado colonial, entretanto, afirmando que se tratavam em sua maioria de mulheres ricas e educadas nos padrões franceses:

Do outro lado do conflito, havia um pequeno número de mulheres argelinas que resistiram à FLN, escolhendo ao contrário se alinhar aos colonialistas franceses. Na década de 1950, um pequeno grupo de mulheres argelinas de classe alta, educadas na França (chamadas de “évoluées” ou mulheres evoluídas), começou a se manifestar contra o movimento de resistência. As évoluées eram exatamente o tipo de mulher que o governo francês e os apoiadores da Argélia Francesa esperavam anunciar na França como beneficiárias de suas reformas, exemplificando a necessidade de “salvar” ainda mais argelinas da FLN. Algumas mulheres, como a autora argelina Djamila Debeche, defenderam o feminismo de estilo ocidental e abraçaram as reformas francesas. Ela acreditava que tradições como o véu eram “antitéticas à modernização” e enfatizou a importância da integração das culturas francesa e argelina. Ela foi chamada de anti-nacionalista, porque seus escritos sugeriam que a opressão masculina era pior do que o “biculturalismo nascido da opressão colonial” (Leonhardt, 2013, p. 14)

A autora mencionada por Leonhardt, Djamila Debeche, foi a primeira argelina a publicar romances, seguida por Taos Amrouche e Assia Djebar. Debeche nasceu em 1926 e realizou seus estudos em Alger, onde viveu até os dezesseis anos. Em 1942, trabalhou como apresentadora de rádio em um programa para mulheres onde defendeu a escolarização para jovens argelinas, publicou na revista *Terre d'Afrique*, em 1946, um artigo chamado *Femme musulmane dans la société*, lançou um periódico feminista que teve dez publicações chamado: *L'Action*, e participou em 1947 de um congresso de feminismo internacional em Paris como diretora dessa revista. No mesmo ano, publicou seu primeiro romance *Leila, jeune fille d'Algerie*, em que a protagonista é adotada por uma família europeia e depois trabalha como professora para meninas no sul da Argélia. Em 1951, Debeche publica o ensaio: *L'Enseignement de la langue arabe en Algérie et le droit de vote aux femmes algériennes* (O ensino da língua árabe na Argélia e o direito das mulheres argelinas ao voto). Quando a guerra de independência começa, em 1954, se naturaliza francesa e se instala na França. Publica ainda em Alger, em 1955, um segundo romance *Aziza*, e em 1959, um outro ensaio chamado, *Les grandes étapes de l'évolution féminine en pays d'Islam* (As grandes etapas da evolução feminina em países do Islã), esse último na França (Dejeux, 1994).

Daniele Djamilia Amrane-Minne, ex-combatente e que por isso teve acesso a fontes do Ministério dos Veteranos que não estavam em domínio público, foi a primeira a fazer um balanço da situação e da participação das mulheres na guerra e

no pós-guerra em um circuito mais acadêmico. Para a socióloga, a participação feminina na guerra se dá desde o início dos conflitos, ao contrário do que afirmou Fanon em *L'an cinq de la revolution algerienne* que coloca o início da participação feminina como uma deliberação dos líderes da FLN quando os conflitos já haviam assumido ares críticos (Fanon, 2011, p. 30). Segundo as autoras, essa participação foi expressiva em relação ao número total de combatentes – *There were 10,949 fighting women, 3.1% of all those taking part in active combat* (Amrane-Minne, 1999, p. 62). Esse número, entretanto, só contempla as mulheres que tiveram seu estatuto de combatente reconhecido pelo governo revolucionário, e, ao que tudo indica, é uma estatística bastante subestimada.

Publicações sobre a situação e participação das mulheres na guerra de independência que analisaram o viés de gênero na campanha propagandística e militar de emancipação promovida pelo governo francês, se debruçaram também sobre a resposta nacionalista da FLN que em contrapartida colocava a liberação das mulheres como um subproduto lógico que viria com a revolução. As publicações oficiais da FLN no *El Moudjahid*, davam destaque a figura das *maquisardes* que representavam 16% das mulheres combatentes reconhecidas posteriormente e que atuavam nas montanhas; e a figura das *fidayates* (2% das mulheres reconhecidas pelo governo revolucionário como combatentes) (Amrane-Minne, 1992, p. 59) – essas últimas atuaram basicamente nas cidades, passando pelas zonas de revista com explosivos e apesar de serem minoria foram as que receberam maior destaque como heroínas nacionais.

Há um movimento, bastante apoiado na tese de Djamila Amrane, entretanto, de tentar complexificar essa figura da guerrilheira, consolidada de maneira romantizada na imprensa revolucionária, nos escritos de Fanon e no filme *A Batalha de Argel*, já que ela representava uma porcentagem minoritária do engajamento feminino, e não contemplava as experiências das mulheres camponesas e outras funções que foram desempenhadas por mulheres e que muitas vezes não receberam reconhecimento por parte do Estado revolucionário depois da guerra na hora da concessão de direitos como a pensão para ex-combatentes. Esse foi o caso

das mulheres que atuaram cozinhando, limpando, ou carregando suprimentos nos pontos de apoio do exército, que se localizavam em zonas perigosas de conflito (Amrane-Minne, 1999; Helie-Lucas, 1999; MacMaster, 2007; Leonhardt, 2013).

É interessante interpretar as intervenções coloniais aqui exploradas dentro de uma tradição de apropriações do feminismo e dos direitos das mulheres que não se inicia no momento da guerra da Argélia e muito menos finda com a mesma. Françoise Vergés nos elucida sobre aspectos do que cunhou como “feminismo civilizatório” desde o período colonial, ao pós-colonial, passando pelas lutas de libertação. O conceito é explicado pela autora na seguinte passagem:

Chamo esse feminismo de *civilizatório* porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses. Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos. Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta *por natureza* à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades *por natureza* hostis à igualdade (todas as outras, mas principalmente a muçulmana) (Vergés, 2020, p. 17)

Essa suposta sociedade mais aberta aos direitos das mulheres, está fundamentalmente associada à ideia da República Francesa. Entretanto, quando as intervenções coloniais pautam os direitos das mulheres como símbolo de uma modernização que a República Francesa poderia propiciar às suas colônias, essa associação não encontra fundamentação histórica. Isso fica nítido quando observamos como as mulheres francesas e suas reivindicações foram (des)tratadas tanto durante a Revolução Francesa que iria consolidar a República, como no período pós-revolucionário, no século XIX.

Segundo Vergés, durante o século XIX na França, a maioria das feministas apoiaram o império colonial - com raras exceções como Louise Michel e Flora Tristan - pois viam nele uma possibilidade de livrar as mulheres do sexismo em outros contextos. Muitas incentivaram projetos educacionais para as mulheres da colônia por vezes seguindo preceitos religiosos e domésticos. Para a autora, o estudo de seus diários de viagem pode por vezes nos fazer esquecer que sua atuação só era possível devido a ação dos exércitos coloniais. Nesse sentido, a narrativa

hegemônica sobre os direitos das mulheres enfatiza a ausência de direitos nos territórios coloniais e coloca como objetivo último a conquista do voto como o direito mais emblemático seguindo a lógica das democracias europeias. O feminismo ficou assim associado à República que seria uma instituição aberta ao direito das mulheres, pressuposto que ignora o fato de que na França, as mulheres só obtiveram o direito ao voto em 1944, bem depois de muitos países na Europa ou mesmo o Brasil, e com muito esforço e movimentação política, para não mencionar que esse mesmo direito foi negado aos chamados departamentos ultramarinos franceses até 1980.

3. Considerações finais

Buscamos nesse artigo reconstituir aspectos da chamada campanha de emancipação colonial que ocorreu em meio a Guerra de Independência da Argélia entre os anos de 1959 e 1960, particularmente no que concerne à realidade das mulheres argelinas. Toda essa campanha teve uma face midiática voltada a ganhar o público francês e internacional em relação a legitimidade da manutenção das tropas na Argélia. Fica claro que os direitos das mulheres foram atrelados a um discurso civilizatório, em violentas investidas contra a população argelina, que se viu atacada e por vezes humilhada publicamente. As respostas das mulheres argelinas a tais ataques, entretanto, não podem ser resumidas as heroínas nacionais que estamparam os periódicos da Frente de Libertação Nacional. Nem a situação de direitos das mulheres argelinas pode ser lida ou exclusivamente na chave da intervenção civilizatória francesa ou na chave da exaltação da posição social da mulher argelina feita pelo nacionalismo argelino durante a guerra. Nesse sentido, buscamos complexificar o quadro da realidade feminina nos anos em questão, trazendo as legislações que estavam em jogo, as diferentes posições das mulheres sobre elas, bem como os diferentes tipos de engajamento das mulheres que se aliaram ou não à Frente de Libertação Nacional na causa anticolonial.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CHATTERJEE, Partha. “Comunidade imaginada por quem?” in BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

AMRANE-MINNE, Danielle-Djamila; ABU-HAIDAR, Farida. Women and Politics in Algeria from the War of Independence to Our Day. **Research in African Literatures**, vol. 30, n. 3, 1999.

AMRANE-MINNE, Danielle-Djamila. Les combattantes de la guerre d'Algérie. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, n°26, 1992.

DEJEUX, Jean. **La littérature féminine de langue française au Maghreb**. Paris: Éditions Karthala, 1994.

FANON, Frantz. A Argélia se desvela. Em: CORRÊA, Mariza (Org). **Textos didáticos**: Ensaios sobre a África do Norte. Tradução de Marcio Silva. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

FANON, Frantz. **L'an cinq de la Révolution algérienne**. Paris: Présence Africaine, 1959.

FANON, Frantz. **L'an cinq de la revolution algerienne**. 3a Edição. Paris: La Découverte, 2011.

HELIE-LUCAS, Marie-Aimee. “Women, Nationalism, and Religion in the Algerian Liberation Struggle.” In: GIBSON, Nigel C. **Rethinking Fanon**: The Continuing Dialogue. New York: Humanity Books, 1999.

LEONHARDT, Adrienne. Between two jailers: women's experience during colonialism, war, and independence in Algeria. **Anthós**, v. 5, n. 1, 2013.

MACMASTER, Neil. *Burning the Veil*: The Algerian War and the “Emancipation” of Muslim Women, 1954–62. Resenha de: COLE, Joshua. **The Journal of Modern History**, vol. 84, n. 1, 2012, p. 218-219.

MACMASTER, Neil. The Colonial “Emancipation” of Algerian Women: the Marriage Law of 1959 and the Failure of Legislation on Women’s Rights in the Post-Independence Era. **Vienna Journal of African Studies**, vol. 12, 2007.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas-Sp: Editora Unicamp, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado, precedido do retrato do colonizador.** Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

QUINAN, Christine. Veiling Unveiled: Female Embodiment and Action in Assia Djebar's *Les Enfants Du Nouveau Monde* and *Les Alouettes Naïves*. **Women's Studies: An inter-disciplinary journal**, vol. 40, n. 6, 2011.

SAMBRON, Diane. La politique d'émancipation du gouvernement français à l'égard des femmes algériennes pendant la guerre d'Algérie. **Des hommes et des femmes dans la guerre d'Algérie.** Paris: Autrement, 2003.

SARRET, Camille. Portraits de femmes algériennes: « Elles m'ont foudroyé du regard ». **Tv5 monde**, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WADOWIEC, Jaime. Muslim Algerian Women and the Rights of Man: Islam and Gendered Citizenship in French Algeria at the End of Empire. **French Historical Studies**, v. 36, n. 4, 2013.